

Análise do significado dos termos psicológicos ou análise comportamentalista dos termos psicológicos?

The analysis of the meaning of psychological terms or the behavioral analysis of psychological terms?

Diego Zilio¹

[1] Universidade Federal do Espírito Santo | **Título abreviado:** Significado e Termos Psicológicos | **Endereço para correspondência:** Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Avenida Fernando Ferrari, 514. Goiabeiras, Vitória – ES. Brasil. CEP: 29075-910 | **Email:** dzilioufes@gmail.com | **doi:** org/10.18761.JADA0330008

Resumo: Neste ensaio apresentarei a teoria contextualista do significado tal como desenvolvida por Abib em seu texto “*O contextualismo do Comportamento Verbal: A teoria skinneriana do significado e sua crítica ao conceito de referência*”. Argumentarei que a teoria contextualista do significado esta na base de dois programas de pesquisa distintos, mas que costumeiramente são confundidos na análise do comportamento, a saber, o programa de análise do significado dos termos psicológicos, que demanda localizar as condições de controle de uso dos termos psicológicos, e o programa de análise comportamentalista dos termos psicológicos, que implica realizar interpretações das categorias psicológicas alinhadas aos fundamentos filosóficos do comportamentalismo radical. Ainda que Abib tenha enfatizado o primeiro projeto em seu texto de 1994, o autor acabou por se dedicar exclusivamente ao segundo em suas obras. Mas Abib não está sozinho: embora reconheçam a importância do primeiro programa de pesquisa, analistas do comportamento em geral se dedicam somente ao segundo.

Palavras-chave: Abib, Skinner, Contextualismo, Significado, Análise dos Termos Psicológicos, Comportamento Verbal, Filosofia da Mente.

Abstract: In this essay I will present the contextualist theory of meaning proposed by Abib in his article "*The contextualism of verbal behavior: Skinner's theory of meaning and his criticism of the concept of reference*". I will argue that the contextualist theory of meaning is central to two distinct research programs which are often mixed together in behavior analysis. The first is the analysis of the meanings of psychological terms, which entails locating the controlling conditions of the use of psychological terms. The second is the behavioral analysis of psychological terms, which entails proposing interpretations of psychological categories in line with radical behaviorism philosophy. Even though Abib has emphasized the first research program in his 1994 article, he ended up dedicating himself exclusively to the second in his works. However, Abib is not alone in this: although behavior analysts recognize the importance of the first research program, they usually do research only in the second.

Keywords: Abib, Skinner, Contextualism, Meaning, Analysis of Psychological Terms, Verbal Behavior, Philosophy of Mind.

*Trabalho financiado via bolsa de Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) do MEC.

O ensaio “*O contextualismo do Comportamento Verbal: A teoria skinneriana do significado e sua crítica ao conceito de referência*” (Abib, 1994) é provavelmente o texto de Abib que mais li e reli. É frequentador assíduo das seções de referências de meus próprios textos e leitura obrigatória a quem se aventura pela análise do comportamento em nosso grupo de pesquisa, o GEPPSAC. O foco central do ensaio é apresentar a teoria skinneriana do significado em contraposição às noções de referência e transmissão de ideias. A “teoria contextualista do significado” (Abib, 1994, p. 473) é uma chave de leitura bastante relevante para compreender outras obras do próprio autor e também por estar na base de dois programas de pesquisa distintos, mas que costumeiramente são confundidos, a saber, o programa de análise do significado dos termos psicológicos, que demanda localizar as condições de controle de uso dos termos psicológicos, e o programa de análise comportamentalista dos termos psicológicos, que implica realizar uma interpretação das categorias psicológicas alinhada aos fundamentos filosóficos do comportamentalismo. Ainda que Abib tenha enfatizado o primeiro projeto em seu texto de 1994, o autor acabou por se dedicar exclusivamente ao segundo em suas obras. Mas Abib não está sozinho: embora reconheçam a importância do primeiro programa de pesquisa, analistas do comportamento em geral se dedicam somente ao segundo.

Contextualismo do significado

Abib (1994) inicia o artigo explorando a distinção skinneriana entre comportamento verbal e linguagem. O primeiro define-se pelo “comportamento de falantes individuais; que é modelado e mantido por conseqüências [sic] mediadas por ouvintes, ou por representantes da comunidade verbal, conforme as práticas de reforçamento dessa comunidade” (p. 473). A linguagem, por sua vez, refere-se “a práticas de reforçamento de comunidades verbais que são governadas por regras gramaticais” (p. 477). Concluindo com Abib (1994):

... (1) os homens falaram sem o benefício de regras por milhares de anos; (2) contudo, a efe-

tividade das contingências verbais era muito variável; (3) nessas circunstâncias, “uma descrição de contingências na forma de regras gramaticais permitiu aos homens falar corretamente através da aplicação de regras em vez de através de uma longa exposição às contingências” ([Skinner], 1969, p. 141); e (4) são “essas mesmas regras que são úteis na instrução e na manutenção do comportamento verbal em conformidade com os costumes (usages) da comunidade” ([Skinner], 1969, p. 141). (p. 477)

A linguagem não é vista como uma propriedade interna pressuposta e necessária para o desenvolvimento de comportamento verbal em seres humanos. Provavelmente a ideia de “órgão” ou “dispositivo” da linguagem de Chomsky seja o caso mais emblemático de propriedade interna como causa necessária para o surgimento de comportamento verbal. O que está em questão não é a evidente constatação de que é necessário um sistema nervoso para que exista comportamento, ou até de que circuitos particulares desse sistema sejam relevantes para o desenvolvimento de habilidades específicas. O dispositivo da linguagem seria mais precisamente um construto mental organizado de tal forma a conter nele as diretrizes da gramática que serviriam de base para o desenvolvimento da linguagem. Em uma analogia, é como se disséssemos que há um “órgão mental da física”, que contém em si as suas leis, a nos fazer agir de modo apropriado no mundo físico – andar, saltar, pegar um objeto no ar e coisas do tipo (Skinner, 1963).

Skinner inverte essa lógica ao colocar o comportamento verbal e suas contingências de controle (as “práticas de reforçamento” mantidas pela comunidade verbal) como condição para o surgimento da linguagem, incluindo aí a gramática e a sintaxe. E o que isso tem a ver com o problema do significado?

O mesmo movimento de aniquilação de “entidades” (no caso da linguagem a entidade seria a propriedade interna – o dispositivo da linguagem) ocorre na discussão do significado. Para Skinner (1957) haveria problemas em assumir que sentenças expressam ideias e que essas, por sua vez, seriam conteúdos mentais das pessoas que as expressam. O problema dessa concepção é que as ideias não podem ser observadas e/ou estudadas

independentemente dos sons e dos signos que a elas se referem. Nas palavras de Skinner (1957): “. . . se pedirmos por evidências de sua existência, provavelmente receberemos uma nova declaração com outras palavras; mas a nova declaração não está mais próxima da ideia do que a declaração original” (p. 6). Ocorreria, então, uma regressão infinita de substituição de palavras e/ou sentenças por outras palavras e/ou sentenças a nunca chegar, de fato, à ideia em si.

Uma tentativa de livrar-se desse problema consistiu em ancorar o significado na realidade concreta: palavras expressariam significados que, por sua vez, seriam as próprias coisas concretas às quais as palavras se referem – a essas coisas se deu o nome de “referentes”. Seria possível, então, identificar o significado de uma sentença de maneira objetiva nas “coisas” referidas? Skinner (1957) acredita que não:

Como fatos objetivos, todos podem ser estudados, tal como têm sido de tempos em tempos na linguística, engenharia da comunicação, crítica literária e assim por diante. No entanto, ainda que as propriedades formais dos registros de enunciados sejam interessantes, precisamos preservar a distinção entre uma atividade e seus traços. (p. 7)

Em outras palavras, é preciso diferenciar o comportamento verbal (a “atividade”) de expressar um enunciado das características formais que o constitui (seus “traços”). Para Skinner (1957), as propriedades topográficas das expressões não englobam seu significado porque excluem a dimensão funcional da ação. Pela mesma razão, o significado também não estaria nas propriedades físicas das coisas às quais as palavras se referem. Com Skinner (1980): “. . . os sons representados na ortografia inglesa como *gato* ou os traços GATO não possuem significado *neles*; tampouco é possível colocar significado *dentro* deles, investi-los com significado” (p. 114). Ora, se o significado não está na palavra e tampouco no referente, onde estaria? Skinner (1957) tem reservas quanto à própria utilidade desse tipo de pergunta:

Poderíamos, sem dúvida, definir ideias, significados, etc., de modo que tais termos se tor-

nassem cientificamente aceitáveis e até mesmo úteis para descrever comportamento verbal. Mas esse esforço em manter termos tradicionais seria custoso. . . . Precisamos encontrar as relações funcionais que governam o comportamento verbal a ser explicado; chamar tais relações de ‘expressão’ ou ‘comunicação’ é correr o risco de introduzir propriedades e eventos estranhos e enganosos. A única solução é rejeitar a formulação tradicional do comportamento verbal em termos de significado. (pp. 9-10)

Skinner parece abandonar o significado ao sustentar que os próprios termos “ideia”, “referente” e “significado” deveriam ser excluídos sob pena de trazerem consigo construtos que comprometeriam o estudo funcional do comportamento verbal. Todavia, trata-se de um abandono da busca da “coisa-significado”, pois Skinner não abandona o problema do significado. Nos trechos seguintes é possível notar que ele não se absteve da discussão:

É geralmente defendido que nós podemos ver o significado ou o propósito no comportamento e que não devemos omitir isso da nossa explicação. Mas o significado não é uma propriedade do comportamento enquanto tal, mas sim das condições sob as quais o comportamento ocorre. Tecnicamente, numa explicação funcional, os significados devem ser encontrados entre as variáveis independentes, e não como propriedades da variável dependente. Quando alguém diz que consegue ver o significado de uma resposta, esse alguém quer dizer que consegue inferir algumas das variáveis das quais usualmente a resposta é função. (Skinner, 1957, pp. 13-14)

O significado, portanto, não é uma “coisa”. Não é constituído pelas propriedades físicas dos objetos e/ou eventos aos quais as palavras se referem. O significado deve ser buscado nas contingências de controle do comportamento verbal. Por essa razão, para Abib (1994), a teoria do significado de Skinner é uma teoria contextualista do significado:

Para elucidar, retome-se estes quatro pontos: (1) o comportamento verbal é modelado e mantido por contingências de reforço no contexto de uma

linguagem e de uma cultura; (2) é a história de contingências de reforço que explica a emissão do comportamento verbal; (3) o significado está numa história de contingências de reforço, e é a própria relação de contingência de reforço; e (4) conseqüentemente [sic], o significado explica a emissão do comportamento verbal. Disso segue-se logicamente que, em última instância, é o contexto da linguagem e da cultura que constrói o significado que explica a emissão do comportamento verbal. Trata-se de uma tese básica do contextualismo . . . É nesse sentido, reiterar-se, que se há de entender esta afirmação de Skinner: “para descobrir a ‘essência’ de cadeira, deveríamos examinar as contingências atuais de reforçamento em uma dada comunidade . . .” (1957, p. 91). (Abib, 1994, p. 484)

Pode-se argumentar que a teoria contextualista do significado engendra um movimento de aniquilação de “essências”. Como vimos, a primeira foi a aniquilação da linguagem como “coisa” interna (a exemplo do “órgão” de Chomsky). Não haveria uma essência estática e imutável da linguagem, sendo esta constituída por “práticas de reforçamento de comunidades verbais que são governadas por regras gramaticais” (Abib, 1994, p. 477). Linguagem deixa de ser uma “coisa” para se referir a contingências arbitrárias de seleção de comportamento verbal em uma dada comunidade.

A segunda aniquilação, por sua vez, é a do significado como “coisa”. O significado não é uma coisa transmitida via comportamento verbal, não é o conteúdo de ideias e não está nas coisas sobre as quais falamos (os “referentes”). Na teoria contextualista de Skinner, o significado “estaria” nas contingências de controle do comportamento verbal. O uso de aspas aqui não é gratuito, pois não há uma “coisa-significado” nas contingências. É por conta desse risco interpretativo que provavelmente Skinner tinha reservas quanto ao próprio uso dos termos da linguística tradicional. Dizer que o significado “está” nas contingências de controle do comportamento verbal é uma maneira de reformular a questão do significado. O problema não é mais a busca da “coisa-significado”. A pergunta central agora é: quais as condições de controle do uso da palavra “X”?

Análise do significado dos termos psicológicos

A inevitável (e irresistível) questão que se coloca é se o movimento de aniquilação de essências abarcaria todo o edifício conceitual da psicologia. Parecia ser essa a agenda de Skinner (1945) em sua proposta de análise operacional dos termos psicológicos:

O que queremos saber no caso de muitos conceitos psicológicos tradicionais é, primeiramente, as condições de estimulação específicas sob as quais eles são emitidos (o que corresponde a ‘achar os referentes’) e, em segundo lugar (e essa é uma questão sistemática muito mais importante), por que cada resposta é controlada por suas condições correspondentes. (p. 272)

Este é um projeto eminentemente empírico. Afinal, trata-se de analisar as contingências de controle do comportamento verbal das pessoas ao utilizarem tais termos. Nessa dimensão, talvez seja interessante empregar estratégias não usualmente utilizadas nos estudos de comportamento verbal, mais comuns à análise do discurso, antropologia social e sociolinguística (Guerin, 2021). Esse programa de pesquisa empírico foi sintetizado por Abib (1994):

Se o comportamento verbal é significativo e é explicado por significados, há, então, uma tarefa para o intérprete do comportamento verbal, cujo esboço poderia ser o seguinte: (1) circunscrever o seu objeto de estudo como a ação verbal significativa de indivíduos nos contextos da linguagem e da cultura; (2) delimitar o seu método de investigação como a interpretação do significado da ação verbal significativa de indivíduos nos contextos da linguagem e da cultura; (3) concentrar-se, fundamentalmente, na geração incessante de mais comportamento verbal nos contextos da linguagem e da cultura, para interpretar o comportamento verbal que está sendo o objeto de estudo; (4) manter a tese do contextualismo sempre presente, pois é no contexto que se pode interpretar como alguém pode dizer o que não pretende ou não dizer o que pretende. (p. 486)

Nesse momento cabe questionar: fazemos isso em nossas análises dos termos psicológicos? A resposta é um sonoro “não”. Os diversos textos em que Skinner (e.g. 1954, 1957, 1953/1965, 1967, 1969, 1971, 1974, 1989, 1990), Abib (1982, 1997, 2001, 2007a, 2007b) e outros analistas do comportamento (e.g., Baum, 2019; Moore, 2008; Tourinho, 1995, 2009; Zilio, 2010) realizam análises de termos psicológicos não são, de fato, análises das condições determinantes de uso em uma dada comunidade verbal. Não há dados empíricos. São trabalhos teóricos.

Um caso interessante é o artigo “*The origins of cognitive thought*”, no qual Skinner (1989) recorre à etimologia, caracterizada como “a arqueologia do pensamento” (p. 13), para argumentar que os termos mentais “quase sempre começam como referências a algum aspecto do comportamento ou do contexto em que o comportamento ocorreu” (p. 13). Trata-se de um exemplo interessante porque é uma estratégia de relevância bastante duvidosa. Caracterizada como uma análise gramatical do significado amparada pelas propriedades composicionais das palavras (os morfemas), a etimologia se revela como um empreendimento puramente estruturalista ou “topográfico”. Um empreendimento estranho à teoria contextualista do significado. Talvez seja por isso que Skinner teceu o paralelo com a arqueologia, já que dados etimológicos seriam, na melhor das hipóteses, apenas indícios indiretos relacionados à história das condições de controle do uso das palavras.

Diante disso, fica a questão: por que continuamos teorizando sobre contextos (nesse caso, relacionados às condições de controle do uso de termos psicológicos) ao invés de estudar realmente tais contextos? Mesmo reconhecido como bastante relevante pela área (e.g., Leigland, 1996; Schlinger, 2013; Strapasson, Carrara & Lopes Júnior, 2007), o programa de pesquisa de análise das contingências de controle do uso dos termos psicológicos ainda está por sair do papel.

Análise comportamental dos termos psicológicos

Se não fazemos propriamente uma análise do significado dos termos psicológicos, o que fazemos? Acredito que o que fazemos é uma análise *comportamental* dos termos psicológicos. Esse programa de pesquisa, a exemplo do anterior, também foi muito bem sintetizado por Abib (2001):

Qualquer possibilidade de recuperar um sentido para o conceito de mente no behaviorismo radical pressupõe a investigação dos fenômenos nomeados pelo termo *mente* no nível do corpo. Esse pressuposto, que é de ordem metafísica, orienta este programa de pesquisa sobre a mente no behaviorismo radical: *Primeiro*: “Para compreender o que *mente* significa devemos primeiro pesquisar *percepção, ideia, sentimento, intenção* (...) podemos ver como a palavra é usada e o que as pessoas parecem estar dizendo quando a usam” (Skinner, 1989, pp. 22-23). Mente é o nome dos usos que as pessoas fazem da nomenclatura mental. Isso quer dizer que depois de se fazer um estudo dessa natureza não se deve perguntar: E a mente, o que é? Porque *mente* refere-se precisamente aos usos da terminologia mental. *Segundo*: Os usos desses termos devem ser investigados em suas referências a fenômenos do corpo como ação ou comportamento, irredutíveis, portanto, ao materialismo e mecanicismo, porque essas doutrinas filosóficas só explicam os fenômenos do corpo como estrutura ou máquina bioquímica. *Terceiro*: A análise dos usos da nomenclatura mental deve ser realizada com base nos conceitos da ciência do comportamento. *Quarto*: O uso dos termos dessa nomenclatura é verbal e por isso é no nível do comportamento verbal, que precisam ser investigados. *Finalmente*: A análise desses usos é *indeterminada*, é receptiva aos usos das mais diversas comunidades verbais. (p. 24)

O programa de pesquisa sobre a mente parte da teoria contextualista do significado. Tal como Skinner (1957) argumentou que o único sentido relevante de “significado” dos conceitos estaria nos

determinantes do comportamento verbal, Abib (2001) diz o mesmo sobre a mente: se o conceito de “mente” é para ter sentido no behaviorismo radical é preciso associá-lo aos processos *comportamentais* que se supõe controlar o uso dos termos “mentais”. Outra característica relevante do programa proposto por Abib (2001) está em sua indeterminação. O objetivo último não é desvendar a essência da “mente”. Afinal, se o significado está nas condições de controle do uso do termo “mente” e estas são arbitrárias, estão em constante modificação e variam de cultura para cultura, então é bastante provável que existam variações de significado. Ou seja, a “mente” para uma dada comunidade verbal não é a mesma “mente” para outra comunidade verbal. Assim, a pergunta “qual é a natureza da mente?” perde sentido, sendo o seu lugar ocupado pela pergunta “o que é a mente para tal ou qual comunidade verbal?”. Mas, na realidade, esse programa de pesquisa não lida com nenhuma dessas questões.

A interpretação de categorias psicológicas parece não ser propriamente uma questão de empregar conceitos forjados em laboratório, estando no centro talvez o próprio conceito de “operante”, num esforço de compreender possíveis variáveis de controle do uso dos termos psicológicos pelas pessoas de uma dada comunidade verbal. Parece que se torna secundária (ou até mesmo ausente) a busca dessas condições de controle – este é o programa de pesquisa que exploramos na seção anterior. O que se tem, na verdade, é uma interpretação *comportamentalista* de termos psicológicos. O objetivo parece não ser mais responder “quais as condições de controle do uso do termo psicológico X?”, e sim “como interpretar o termo psicológico X a partir do comportamentalismo?”.

Pode-se dizer, de fato, que há aqui uma diferença significativa se comparado ao programa de pesquisa do significado dos termos psicológicos apresentado ao final do ensaio de Abib (1994). Uma análise comportamentalista dos termos psicológicos é mais reveladora das condições de controle do comportamento verbal de quem a faz do que propriamente das condições de controle do uso dos termos pela comunidade verbal. Estas condições de controle, por exemplo, provavelmente incluiriam a teoria contextualista do significado, o modelo explicativo selecionista, o antimentalismo, a definição

relacional de comportamento, e outras possíveis. Abib (2001) reconhece isso ao informar que este segundo programa de pesquisa estaria sob controle de pressupostos metafísicos.

Obviamente, não se trata de um empreendimento equivocado. Pelo contrário, é atividade central da análise teórica do comportamento (Zilio, 2019), especialmente em sua agenda de propor uma visão alternativa da “vida mental” (Skinner, 1974). Contudo, não podemos confundir essa empreitada com o programa empírico de análise das condições determinantes do uso dos termos psicológicos.

Comentários finais

Em algum momento de nosso próprio discurso nós, analistas do comportamento, acabamos fundindo dois programas de pesquisa que, a meu ver, possuem diferenças significativas. O primeiro é a análise do significado dos termos psicológicos. É o programa sugerido por Skinner (1945) e desenvolvido por Abib (1994). É eminentemente empírico e praticamente inexistente na área. O segundo é a análise comportamentalista dos termos psicológicos. É o programa mais desenvolvido por Skinner e por analistas do comportamento no esforço de propor uma visão alternativa da “vida mental”. É um programa de pesquisa teórico-filosófico cujo objetivo seria propor uma teoria da “mente” condizente com pressupostos filosóficos comportamentalistas. Esse projeto foi muito bem sintetizado por Abib (2001) e pode ser considerado o foco de diversas de suas obras (e.g., Abib, 1982, 1997, 2001, 2007a, 2007b).

Ambos os programas são importantes. Só não devemos confundi-los. Não podemos dizer estar fazendo uma análise das condições de controle do uso de um dado termo psicológico quando, na realidade, o que estamos fazendo é uma análise comportamentalista desse termo. Um diagnóstico provocador é que a análise dos termos psicológicos realizada por analistas do comportamento é mais informativa sobre *quais deveriam ser* as condições de controle de uso desses termos em nossa própria comunidade verbal. Afirmar, por exemplo, que o pensamento é “simplesmente comportamento – verba ou não verbal, encoberto ou aberto. Não é

um processo misterioso responsável pelo comportamento, mas o próprio comportamento. . .” (Skinner, 1957, p. 449), é mais um mando disfarçado de tacto do que propriamente uma descrição das condições de controle de uso do termo “pensamento”. Tacitamente está-se informando: se você é analista do comportamento, então esse é um uso coerente do termo “pensamento”.

Reconhecer a diferença entre os dois programas de pesquisa é essencial para que sejamos mais precisos ao definir o que costumeiramente fazemos – uma análise comportamental das categorias psicológicas – assim como o que estamos deixando de fazer e que poderíamos estar fazendo, ou seja, uma análise do significado dos termos psicológicos de fato.

Referências

- Abib, J. A. D. (1982). Skinner, materialista metafísico? Never mind, no matter. In B. Prado Júnior (Org.), *Filosofia e comportamento* (pp. 92-109). Brasiliense.
- Abib, J. A. D. (2001). Arqueologia do behaviorismo radical e o conceito de mente. In H. J. Guilhardi et al. (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição – Volume 7* (pp. 20-35). ESETec.
- Abib, J. A. D. (1997). *Teorias do comportamento e subjetividade na psicologia*. Editora da UFSCar.
- Abib, J. A. D. (2007a). *Comportamento e sensibilidade: Vida, prazer e ética*. ESETec.
- Abib, J. A. D. (2007b). *O sujeito no labirinto: Um ensaio psicológico*. ESETec.
- Baum, W. M. (2019). *Compreender o behaviorismo: Ciência, comportamento e cultura* (3a ed). Artmed.
- Guerin, B. (2021). *Turning psychology into social contextual analysis*. Routledge.
- Leigland, S. (1996). The functional analysis of psychological terms: In defence of a research program. *The Analysis of Verbal Behavior*, 13, 105-122. <https://doi.org/10.1007/BF03392909>
- Moore, J. (2008). *Conceptual foundations of radical behaviorism*. Sloan Publishing.
- Schlinger, H. D. (2013). A functional analysis of psychological terms redux. *The Behavior Analyst*, 36(2), 255-266. <https://doi.org/10.1007/BF03392312>
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *The Psychological Review*, 52, 270-277. <https://doi.org/10.1037/h0062535>
- Skinner, B. F. (1954). Critique of psychoanalytic concepts and theories. *The Scientific Monthly*, 79(5), 300-305. <https://www.jstor.org/stable/21512>
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. The Free Press. (Trabalho original publicado em em 1953).
- Skinner, B. F. (1963). Operant behavior. *American Psychologist*, 18(7), 503-515. <https://doi.org/10.1037/h0045185>

- Skinner, B. F. (1967). The problem of consciousness – a debate. *Philosophy and Phenomenological Research*, 27(3), 325-332. <https://doi.org/10.2307/2106060>
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1980). *Notebooks*. Prentice-hall.
- Skinner, B. F. (1989). The origins of cognitive thought. *American Psychologist*, 44(1), 13-18. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.44.1.13>
- Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45(11), 1206-1210. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.45.11.1206>
- Strapasson, B., Carrara, K., & Lopes Jr., J. (2007). Consequências da interpretação funcional de termos psicológicos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(2), 227-239. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v9i2.196>
- Tourinho, E. Z. (1995). *O autoconhecimento na psicologia comportamental de B. F. Skinner*. UFPA.
- Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e relações comportamentais*. Paradigma.
- Zilio, D. (2010). *A natureza comportamental da mente: Behaviorismo radical e filosofia da mente*. Cultura Acadêmica.
- Zilio, D. (2019). O que nos torna analistas do comportamento? A teoria como elemento integrador. *Acta Comportamentalia*, 27(2), 233-249.

Histórico do Artigo

Data do Convite: 10/08/2022

Recebido em: 06/12/2022